

As duas correntes no governo

DESENVOLVIMENTISTAS E FISCALISTAS DO PSDB ENGEDRAM BEM-VINDO DEBATE SOBRE CRESCIMENTO E ESTABILIDADE

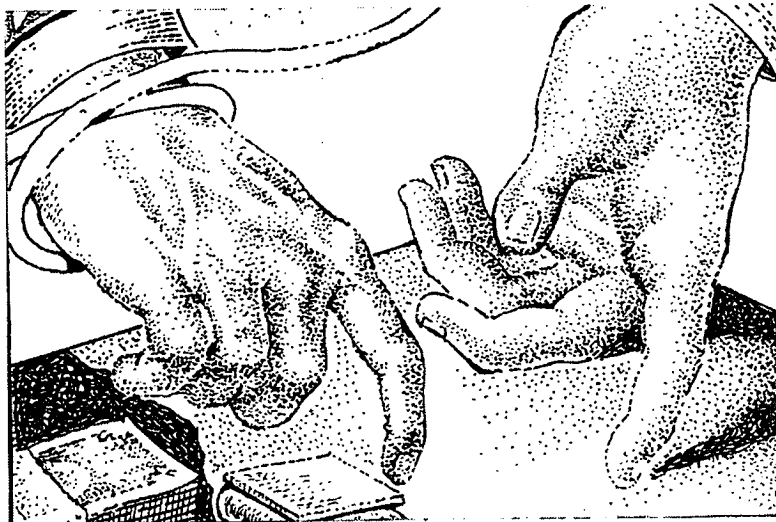
Economia - Brasil
SUELY CALDAS

O Brasil é hoje muito diferente de dez anos atrás — abriu a economia, reformou a Constituição, extinguiu monopólios, virou pelo avesso a estrutura jurídica, forçou a livre competição, modernizou o maquinário industrial, integrou o País à economia mundial, consolidou o Mercosul, um mercado de quase US\$ 1 trilhão. Porque aconteceram há muito pouco tempo, essas mudanças ainda não se completaram, há percepção da necessidade de identificar e trabalhar sobre seus desdobramentos, mas há também muita incerteza quanto à definição de rumos ou se — além de regular e fiscalizar — o Estado deve exercer papel adicional de fomentar desenvolvimento, direcionar políticas públicas.

É nesse contexto de novidades e indefinições que está o debate sobre desenvolvimento. E é positivo que nele afluam divergências, sempre úteis em momentos de mudanças.

A defesa de uma crença única obstrui a criação, aprisiona argumentos. Pensar livremente, manifestar dúvidas, defender idéias sem restrições enriquece discussões e melhora decisões. Especificamente em relação ao tema desenvolvimento a discussão mal começou e já resvala no confronto não de idéias, mas de pessoas, de grupos que disputam espaço no governo e se expressam por meio de xingamentos. Foi assim a troca de desaforos entre o ministro Pedro Malan, que chamou os desenvolvimentistas de “saudosistas dos anos 50”, e o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que devolveu a agressão lembrando a Malan que ele é ministro no Brasil, não na Suécia.

Os dois grupos ganharam os apelidos de desenvolvimentistas e fisca-



listas (os que defendem os equilíbrios fiscal e externo como condição para o desenvolvimento). Há quem chame os fiscalistas de monetaristas, mas essa virou expressão inadequada e ultrapassada. Os desenvolvimentistas são encontrados, principalmente, no PSDB de São Paulo e já exerceram influência

maior sobre FHC quando os irmãos Mendonça de Barros ocupavam cargos no governo. Os ministros José Serra, Paulo Renato e Bresser Pereira também fazem parte deste grupo, mas

FHC cuidou de neutralizá-los mantendo-os distantes da área econômica do governo. Os fiscalistas detêm hoje o comando da gestão da economia, ocupam cargos no Ministério da Fazenda e Banco Central e contam com apoio político do PFL. Gustavo Franco, ex-presidente do BC, é o seu mais eloquente formulador e Pedro Malan, seu defensor público.

Na academia, os desenvolvimentistas estão nas Universidades de São Paulo (USP) e Campinas (Unicamp) e os fiscalistas na Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ). Os dois grupos concor-

dam que a meta de política econômica é a retomada do desenvolvimento (seria ridículo imaginar que Malan e Gustavo Franco se opõem ao crescimento econômico). Fora isso, discordam de quase todo o resto. A começar pelo papel do Estado como impulsionador do desenvolvimento. Os irmãos Mendonça de Barros consideram dever o Estado intervir na economia, até utilizando instrumentos fiscais e de crédito, para conseguir objetivos estratégicos. Por exemplo: o BNDES concedeu crédito de mais de US\$ 1 bilhão, em condições favorecidas, para a Embraer vender aviões para os EUA. Hoje, diz o ex-ministro, a Embraer e seus aviões tornaram-se conhecidos no mundo inteiro, têm crédito de bancos no exterior e não precisam mais do BNDES. Esse tipo de operação é criticada pelos fiscalistas, que nela vêem um privilégio e discriminação contra outras empresas.

Os fiscalistas defendem políticas horizontais na relação entre Estado e empresas privadas. Ou seja, o Estado não deve formular políticas especiais ou conceder favores fiscais e de crédito para beneficiar empresas ou setores industriais específicos. O mesmo arcabouço de regras oficiais deve ser válido para todas as empresas. Exemplo: foram con-

trários ao acordo entre governo, metalúrgicos e a indústria automobilística, pelo qual a carga tributária sobre automóveis foi reduzida em troca de manutenção dos empregos. A decisão de permanecer ou aumentar subsídios que hoje beneficiam o Proálcool deve ser aprovada pela sociedade e os recursos, expressos claramente no orçamento. O grupo dos Mendonça de Barros trata dessas questões com menor rigor.

Outra diferença relaciona-se com política tarifária decorrente da abertura da economia ao exterior. O grupo dos Mendonça de Barros defende proteção tarifária quando o custo financeiro ou de produção no País é mais elevado do que o do produto importado. Malan acha que aumentar tarifa de importação favorece grupos industriais e pune toda a sociedade com mais inflação. No discurso em que xingou os desenvolvimentistas de “saudosistas dos anos 50”, o tempo todo Pedro Malan alia o desenvolvimento à busca do equilíbrio fiscal. Portanto, política industrial, para ele, não deve ser feita com dinheiro público nem renúncia fiscal.

Aliás, *política industrial* foi uma expressão tão amaldiçoada pelos fiscalistas, no primeiro mandato de FHC, que o então secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, acabou intitulando sua proposta de ações do Estado nos setores industriais de “Processo de integração de cadeias produtivas”. Essa, aliás, foi a primeira e única tentativa séria de governo para formular políticas e organizar a relação entre Estado e empresas privadas, depois do Plano Real e da abertura comercial. É exatamente isso que está faltando. Se o estudo do ex-secretário da Camex não serve, que seja alterado. Mas a verdade é que o debate sobre desenvolvimento é absolutamente necessário e bem-vindo.